

**INTERSETORIALIDADE NA ATENÇÃO AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA:
UMA METASSÍNTESE**

Intersectorality in Attention to Women in Situation of Violence: A Metassynthesis

Carla Hentzschler Penafort

chpenafort@gmail.com

Terezinha Maria Mafioletti

teremafe@gmail.com

Aida Maris Peres

amaris@ufpr.br

Universidade Federal do Paraná - Brasil

Recibido: 22-02-2019

Aceptado: 28-04-2019

Resumo

A violência contra a mulher é um problema mundial que afeta sua saúde bem como seus direitos humanos, e seu enfrentamento exige atuação articulada e intersetorial entre as instituições envolvidas. O objetivo é analisar produções científicas sobre as redes de atenção à violência contra a mulher a partir do Pacto Nacional Pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher publicado no Brasil em 2007. A metodologia utilizada foi a metassíntese, e de 1.091 publicações foram analisados 24 artigos originais, os quais permitiram a organização de quatro categorias temáticas. Conclui-se que o enfrentamento da violência doméstica não pode se limitar a ações isoladas devido à sua complexidade, reforçando a necessidade de um maior conhecimento para o trabalho intersetorial e funcionamento da rede.

Palavras-chave: Violência contra a mulher, ação intersetorial, redes de apoio social.

Abstract

Violence against women is a global problem that affects their health as well as their human rights, and their confrontation requires an articulated and intersectoral action among the institutions involved. The objective is to analyze scientific production on the networks of attention to violence against women from the National Pact for the Fight Against Violence against Women published in Brazil in 2007. The methodology used was the metassynthesis, and of 1,091 publications were analyzed 24 original articles, which allowed the organization of four thematic categories. It is concluded that the confrontation of domestic violence can't be limited to isolated actions due to their complexity, reinforcing the need for a greater knowledge for the intersectorial work and operation of the network.

Keywords: Violence against women, intersectoral collaboration; social support.

1. Introdução

A Violência contra a Mulher apresenta características semelhantes em países cultural e geograficamente diferentes e não se encontra dissociada das questões estruturais e econômicas presentes na sociedade. Ela atinge a mulher independente da idade, cor, etnia, religião, nacionalidade, escolaridade ou condição social, apresentando maior vulnerabilidade nas classes sociais mais desfavorecidas. Seu impacto é extremamente nocivo à saúde das mulheres, acarretando elevado consumo de recursos aos serviços de saúde (Minayo, 2009; Duarte, Fonseca, Souza y Pena, 2015).

Como problema mundial, o enfrentamento à violência depende de ser considerado alta prioridade pelos governos em seus planos nacionais, com financiamentos que integrem as várias áreas envolvidas no desenvolvimento de ações em resposta à situação (García-Moreno *et al.*, 2014). De acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), da qual o Brasil é signatário, a violência contra a mulher é conceituada como: “qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (OEA, 1994: 02).

No cenário brasileiro, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, elaborada a partir das Conferências e Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, estabelece conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, baseia-se na estruturação e na ampliação da rede de serviços especializados como delegacias da mulher, casas-abrigo, centros de referência, serviços de apoio jurídico, defensorias públicas, serviços policiais e serviços da rede pública de saúde para garantir o atendimento integral às mulheres em situação de violência; na conscientização e capacitação dos agentes públicos para atendimento e prevenção; e, na ampliação do acesso das mulheres à justiça; e no apoio a projetos educativos e culturais (Brasil, 2011a).

As redes sugerem a ideia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços/ações/programas, para garantir a atenção integral aos segmentos vulnerabilizados, por isso, podem ser consideradas excelentes estratégias operacionais para o enfrentamento a violência contra a mulher (Lavoratti, 2013). Para o enfrentamento à violência contra a mulher, preconiza-se uma **rede intersetorial**, que congregue ao mesmo tempo as demandas complexas implicadas nos quatro eixos norteadores da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, os quais sejam, a prevenção, o combate, a garantia dos direitos e a assistência (Brasil, 2011a).

Denomina-se Rota Crítica o conjunto de decisões e ações desenvolvidas pelas mulheres para lidar com as situações de violência. Tal definição foi desenvolvida no estudo da Organização Pan-Americana de Saúde sobre os caminhos percorridos pelas mulheres afetadas pela violência

doméstica de gênero para a resolução destes conflitos (Sagot, 2000). Essas rotas possuem diversas portas de entrada em serviços como unidades básicas de saúde, serviços de emergência na saúde, delegacias e serviços da assistência social, e devem trabalhar de forma articulada no sentido de prestar assistência qualificada e não-revitimizante à mulher em situação de violência, com abordagem profissional que considere a dinâmica das relações sociais estabelecidas entre as mulheres, seu entorno e os serviços que as acolhem (Brasil, 2011a; Vieira, Souza, Tocantins y Pina-Roche, 2015).

Este estudo objetiva analisar a produção científica sobre o trabalho intersetorial nas redes de atenção às mulheres em situação de violência entre 2007 e 2015. Justifica-se pela necessidade de reconhecimento das abordagens científicas da temática, seu alinhamento às políticas públicas e organização das redes de atenção e dos serviços e a necessidade de avaliação da implantação/implementação de serviços intersetoriais para o enfrentamento a problemática da violência contra à mulher.

2. Métodos

Utilizou-se a metassíntese qualitativa por meio da síntese interpretativa dos dados como modalidade de revisão da literatura deste artigo, que tem a finalidade integrar achados qualitativos, formando posteriormente sínteses interpretativas de dados constituindo-se como um método científico rigoroso que permite confrontar, decompor, integrar e transformar em um processo de tradução e síntese, os resultados de estudos primários a fim de agrupá-los em novas categorias no estudo secundário (Sandelowski, Trimble, Woodard y Barroso, 2006; Zoboli y Schweitzer, 2013).

As etapas da metassíntese estão divididas em seis passos: identificação do interesse intelectual e do objetivo da pesquisa; critérios iniciais de inclusão do estudo, com coleta exaustiva de dados; leitura dos estudos, com análise de suas metáforas e interpretações relevantes; justaposição dos resultados, com suposição inicial sobre o relacionamento entre estudos; elaboração de novas afirmações, que correspondam ao conteúdo do conjunto dos resultados, mas preservem o contexto do qual surgiram; e, elaboração de nova explicação equivalente a todos os estudos analisados, sustentando os conceitos de cada um (Matheus, 2009).

Assim, partiu-se da pergunta da pesquisa “o que a produção científica traz sobre as redes de atenção à mulher em situação de violência a partir do Pacto Nacional Pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher assinado em 2007?”, e teve-se como objetivo “Analisar a produção científica sobre redes de atenção às mulheres em situação de violência entre 2007 e 2015”.

A seguir foi realizada uma busca ampla e exaustiva de artigos/publicações em diferentes bases de dados e áreas de conhecimento, no mês de dezembro de 2015. Optou-se pelas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Índice Bibliográfico

Español de Ciencias de La Salud (IBECS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), contempladas pela Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e na base multidisciplinar norte-americana PubMed.

Para a execução das buscas nas bases supracitadas foram identificadas, no DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) bem como no MeSH (Medical Subject Headings), palavras-chave que correspondem ao conteúdo discutido pela revisão e utilizando as expressões booleanas em diferentes combinações: violência doméstica e sexual contra a mulher; violência contra a mulher; violência sexual; violência baseada em gênero; redes sociais; redes de apoio social; redes comunitárias; redes de saúde comunitária; rede de atenção à violência contra a mulher.

Como critérios de inclusão foram considerados os artigos científicos originais com abordagem qualitativa e quali-quantitativa, disponíveis na íntegra e publicados em periódicos indexados em português, inglês ou espanhol e que abordassem o tema **redes de atenção à violência contra a mulher**, entre os anos de 2007 a 2015, critério estabelecido pelo fato de o Pacto Nacional Pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Brasil ter entrado em vigência no ano de 2007.

Foram excluídos os artigos que não continham como tema principal redes de atenção e violência contra a mulher, artigos repetidos e artigos de revisão e de reflexão.

3. Resultados

Foram encontradas 1.091 publicações, das quais 75 eram duplicidades, 210 foram excluídas pela análise do título dos artigos; 107 após a leitura dos resumos; e 664 por não se encontrarem disponíveis na íntegra. Desta forma, foram selecionadas e analisadas 26 publicações originais, conforme observa-se na Tabela 1.

Tabela 1. Resultado das estratégias de busca realizadas nas bases de dados selecionadas, segundo critérios de inclusão e exclusão, entre 2007-2015

EXCLUÍDOS						
Bases de dados	Artigos encontrados	Duplicidade	Título	Resumo	Indisponíveis	Incluídos
PubMed	851	28	124	57	636	6
SciELO	8	0	1	4	0	3
Lilacs	204	36	73	52	28	15
IBECS	28	11	12	3	0	2
Total	1.091	75	210	107	664	26

Fonte: As autoras, 2015.

Para a seleção dos artigos foram definidas estratégias de buscas diferentes para cada base de dados, sendo contemplados os descritores, palavras-chaves e assuntos mais adequados utilizados nas buscas. A seguir realizou-se a seleção dos artigos, primeiramente pela leitura dos títulos e resumos que estivessem de acordo com o tema proposto, em seguida foi feita a análise na íntegra dos artigos selecionados.

Após a leitura na íntegra, dois artigos da base de dados PubMed foram excluídos por não estarem de acordo com o tema proposto, assim não podendo se classificar em nenhuma categoria definida neste trabalho, tornando-se dispensáveis para o estudo. Por fim, foram selecionados 24 artigos para discussão, das quais 15 publicações são em português, cinco em inglês e quatro em espanhol.

Para a busca dos artigos nas bases de dados, foram elaborados cruzamentos de descritores, que contemplavam violência contra a mulher e/ou rede de atenção. A Tabela 2 apresenta os cruzamentos desses descritores e palavras-chave, e quantos artigos foram encontrados a partir desses cruzamentos.

Tabela 2. Resultados de artigos encontrados de acordo com o cruzamento nas bases de dados

DESCRITORES/PALAVRAS-CHAVE	BASES DE DADOS			
	LILACS	IBECS	SciELO	PuMed
Violência doméstica e sexual contra a mulher AND Redes de apoio social/ Domestic Violence and Social Support	27	12	0	229
Violência contra a mulher AND Redes comunitárias/ Violence against women and community networks	4	1	0	15
Violência contra a mulher AND Redes sociais/ Violence against women and social networking	10	0	1	0
Violência sexual AND Redes de apoio social/ Sexual violence and social support	13	1	0	52
Violência baseada em gênero AND Redes de apoio social / Violence against women and social support	27	12	0	108
Violência baseada em gênero AND Redes comunitárias	5	1	0	
Redes de saúde comunitária AND Violência contra a mulher	4	1	0	
"Rede de atenção à violência contra a mulher" / Social support for violence against women	114	0	7	447
Total	204	28	8	851

Fonte: As autoras, 2015.

Não foram utilizados os descritores Redes de saúde comunitária and Violência contra a mulher, e Violência baseada em gênero and Redes comunitárias, na base de dados PubMed pois as traduções e descritores referem-se às mesmas já utilizadas em outros cruzamentos. Mesmo os resultados nulos das buscas estão descritos na tabela 2 de resultados demonstrando que a busca foi realizada.

Com base na análise dos artigos, foram definidas as metáforas e as seguintes categorias temáticas para metassíntese: Rota crítica da mulher; rota crítica dos serviços; políticas públicas; rede social da mulher. Percebe-se que a maioria dos estudos analisa a rota crítica dos serviços, e pouco se trata da rota crítica das mulheres, pelo fato de muitos casos de violência ainda não serem notificados. Para a elaboração dessas categorias, foram elaborados conceitos que as sustentem para discussão na figura 1:

Figura 1. Variáveis principais que sustentam os conceitos



Fonte: As autoras, adaptado de Zoboli, Schweitzer, 2013.

4. Discussão

4.1. Rota crítica da mulher

Após análise dos 24 artigos, 2 artigos (Meneghel *et al.*, 2011; D'Oliveira y Schraiber, 2013) se encaixaram nessa categoria por abordarem a rota crítica da mulher, que é caracterizada pelo trajeto que ela percorre para procurar ajuda e solucionar o problema que está enfrentando. A categoria sustenta-se na Lei Maria da Penha, no Pacto Nacional e na Política de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que estabelecem a criação de serviços especializados no atendimento

dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, tais como: centros de referência de acolhimento à mulher; casas-abrigo/serviços de abrigamento; núcleos de defensoria pública; serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados; centros de educação e reabilitação dos agressores, centros de responsabilização e educação dos agressores e juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher (Brasil, 2011b).

A rota das mulheres em situação de violência inicia com a decisão de romper o silêncio e denunciar. Nos resultados aponta-se que, para a mulher procurar esses serviços especializados, ela primeiramente precisa se dar conta que está sofrendo violência, entender que está passando por uma situação que viola os direitos dela e, por vontade própria, procurar atendimento (Meneghel *et al.*, 2011). O fortalecimento e a própria decisão de deixar o relacionamento agressivo, o apoio de pessoas próximas e espaços para mulheres, o acesso à informação e intervenções eficazes das instituições do Estado, tornam-se fatores determinantes da rota crítica (Sagot, 2000).

Os resultados mostram que as mulheres encontram respostas preconceituosas e dissuasoras de sua vontade de interromper a violência por parte de familiares, comunidades e serviços estatais e não-governamentais como delegacias de polícia, serviços jurídicos, de saúde e assistência social. Informações inadequadas e atitudes não acolhedoras e cheias de julgamento moral são frequentes nos percursos relatados nas investigações (D'Oliveira, Schraiber, 2013). Se a resposta, por parte do apoio que a mulher recebe tanto familiar quanto dos serviços sociais, tem importância para o enfrentamento da violência, faz-se necessária uma revisão de conceitos e tabus a serem quebrados por toda sociedade, além de examinar os obstáculos e assim, garantir a saúde integral e os direitos das mulheres.

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), em 2000, desenvolveu uma proposta denominada *rota crítica*, que investigou o trajeto percorrido pelas mulheres para romper com a violência em dez países latino-americanos. Assim sendo, originou-se o conceito de rota crítica caracterizado pelo caminho fragmentado que a mulher percorre buscando o atendimento do Estado, arcando com as dificuldades estruturais, como transporte, repetindo o relato da violência sofrida diversas vezes e, ainda, enfrentando muitas vezes a violência institucional por parte de profissionais que, pouco sensibilizados, reproduzem discriminações contra as mulheres nos serviços de atendimento (Menezes *et al.*, 2014).

Essa rota fragmentada é o inverso do preconizado pelas políticas públicas e do recomendado por especialistas do campo dos direitos das mulheres, uma vez que cabe ao Estado acolher e apoiar a mulher no complexo processo de rompimento com o ciclo de violência, frequentemente marcado por obstáculos como a dependência financeira do agressor e as dificuldades afetivas características nos casos em que a agressão acontece em relações íntimas e familiares (Sagot, 2000).

A trajetória das mulheres que decidem romper com a violência é longa, marcada por avanços e retrocessos, desprovida de apoio e, em muitas situações, ocorre revitimização, causada pelos serviços que deveriam cuidar delas (Meneghel *et al.*, 2011).

4.2. Rota crítica dos serviços

Dos artigos analisados, 15 (D'Oliveira y Schraiber, 2013; Campanón, 2008; Santos, 2015; Menezes *et al.*, 2014; Villela, *et al.*, 2011; Alemán *et al.*, 2010; Gomes, Diniz, Filho y Santos, 2009; Gomes *et al.*, 2013; Aguirre *et al.*, 2010; Souza *et al.*, 2012; Silva, Padoin y Vianna, 2015; Faúndes, Osis y Pádua, 2012; Kiss, Schraiber y D'Oliveira, 2007; Santos y Vieira, 2011; Sullivan, Schroeder, Dudley, Dixon, 2010) entram nessa categoria, pois a rota crítica dos serviços é definida pela articulação e atenção disponibilizada entre os serviços.

Para a mulher conseguir enfrentar a violência, a rede a qual ela está inserida deve ser organizada de tal forma a atender sua demanda. Porém, ela deve percorrer um trajeto bastante crítico para romper com a violência e a rede está proporcionalmente envolvida nesse contexto. São caminhos tanto estimulados quanto dificultados pela qualidade das relações estabelecidas com os apoios que buscam, na medida em que completam a viagem de suas rotas. São trajetórias cumpridas ou interrompidas, de acordo com a qualidade do vínculo e das interações estabelecidas com os serviços e organizações visitados (Gomes *et al.*, 2013).

Os resultados mostram um grande progresso no reconhecimento de que a violência sexual existe, é frequente e que as mulheres que sofrem essas agressões precisam de atendimento médico especializado. Falta, entretanto, muito esforço para que esse reconhecimento se transforme em uma realidade prática em que toda mulher agredida sexualmente possa ter o atendimento de emergência e o seguimento de que ela precisa. Os estudos sobre a rede constituída pelos serviços e organizações de enfrentamento à violência contra a mulher ainda estão se consolidando, o que dificulta a compreensão dos recursos existentes, suas estabilidades e fragilidades (Neto, Faúndes, Osis y Pádua, 2012).

O atendimento às mulheres que sofrem violência é marcado por ambiguidades e contradições; os espaços e fluxos de trabalho são pouco adequados à tarefa tão sensível e a percepção dos profissionais é permeada por estereótipos de gênero. Isso sugere que o enfrentamento da violência contra as mulheres exige a reconfiguração das práticas de trabalho, com educação permanente para os profissionais e mudanças nos processos de trabalho (Vilela *et al.*, 2011).

A Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres no Brasil é marcada pela variedade de serviços e de instituições. Esta diversidade deve ser compreendida como parte de um processo de construção que visa abranger várias dimensões e a complexidade da violência contra as mulheres. Entretanto, para que o enfrentamento da violência se concretize, é importante que serviços e instituições atuem de forma articulada e integrada (Brasil, 2011a).

No âmbito da assistência, é fundamental que os serviços trabalhem a partir de uma perspectiva intersetorial e que definam fluxos de atendimento compatíveis com as realidades locais os quais devem contemplar as demandas das mulheres em suas diversidades (Brasil, 2011a).

A perspectiva da intersectorialidade representa, portanto, um desafio na medida em que solicita a um rompimento com o modelo ‘tradicional’ de gestão pública, que tende a desfragmentar, desarticular e setorializar as ações e as políticas públicas.

Contudo, é importante ressaltar a importância de um atendimento multidisciplinar nos serviços, no sentido de orientar as propostas das políticas públicas, viabilizando as condições necessárias para a integração das redes de serviços. Tudo isso, com a finalidade de contribuir para o fortalecimento da mulher na busca pelos seus direitos, por meio de acompanhamento e monitoramento contínuos (Kiss, Schraiber y D’Oliveira, 2007).

4.3. Políticas públicas

Medeiros e Guareschi (2009) citado por Menezes *et al.* (2014: 778-86), consideram as políticas públicas como um conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, assegurando assim, uma atuação intersectorial de qualidade nos diferentes serviços.

Três artigos (Paixão y Deslandes, 2010; Jakobsson *et al.*, 2012; Loría *et al.*, 2014) entram nessa categoria trazem como tema principal políticas públicas. A violência contra a mulher, seja ela física, psicológica, sexual, doméstica, moral, ou qualquer forma, atinge mulheres de todas as classes, raças e etnias tornando-se um problema de saúde pública mundial. No Brasil, em 2003 foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres, onde as ações mudaram de foco e ganharam força, principalmente com o início da formulação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência, que lança diretrizes para uma atuação coordenada e conjunta dos organismos governamentais nas esferas federal, estadual e municipal (Brasil, 2011a).

Uma dessas diretrizes foi a criação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, criada em 2005, pela SPM, com o objetivo de orientar as mulheres em situação de violência sobre seus direitos e sobre os serviços disponíveis para o atendimento de suas demandas. No Brasil, desenvolveram-se diversas políticas, planos e pactos para combater a violência contra a mulher, que ainda estão se solidificando, porém tem avançado significativamente após a consolidação da Lei Maria da Penha.

Inúmeras práticas de combate atualmente estão sendo debatidas, afim de mudar o comportamento do agressor, e criar medidas de proteção para a mulher e seus filhos. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres possui como um de seus eixos o enfrentamento à violência contra a mulher, que por sua vez, define como objetivo a criação de uma Política Nacional (Brasil, 2011a). Essa política aponta os fundamentos conceituais e políticos do enfrentamento à questão e as políticas públicas que têm sido formuladas e executadas - desde a criação da SPM em janeiro de 2003 - para a prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como para a assistência às mulheres em situação de violência.

Os resultados trazem a falta de conexão entre as Políticas preconizadas pelo Ministério da Saúde, e o atendimento do profissional, tanto no âmbito da saúde quanto no jurídico. Há

componentes comuns entre princípios e estratégias de políticas públicas, a fim de abordar a violência contra as mulheres em ambos os contextos. As diferenças podem ser encontradas nos planos de saúde e as suas ações de saúde específicas (Moraes, Ribeiro, 2012). Ou seja, a implementação das políticas públicas de combate à violência implica a convivência de diferentes atores e práticas sociais em contextos institucionais muito variados (Schraiber, Barros, Castilho, 2010).

4.4. Rede social da mulher

A rede social da mulher é definida pelo contexto a qual ela está inserida. Ao sofrer qualquer tipo de violência, ela contará com ajuda de sua rede social (familiares e amigos, dentre outros) e com o apoio de serviços especializados. Por esse motivo, 5 artigos se adequaram nessa categoria (Dutra, Prates, Nakamura y Villela, 2013; Gomes, Diniz, Reis y Erdmann, 2015; Bryant-Davis, Ullman, Tsong y Gobin, 2011; Plazaola-Castaño, Ruiz-Pérez y Montero-Piñar, 2008; Krenkel, More y Motta, 2015). Essa rede pode ser constituída de serviços de assistência policial, judiciária, psicossocial e médica. Também podem ser acionados outros recursos locais, não institucionais, tais como Organizações Não Governamentais (ONGs), grupos religiosos, culturais e educativos, grupos de apoio comunitário, vizinhança (Krenkel, Moré y Motta, 2015). A essa teia de relações, consideradas significativas para o indivíduo e que favorecem os vínculos sociais, é titulado rede social (Santos y Izumino, 2014).

A falta de uma rede social forte também leva a mulher a não se perceber amada, valorizada e inserida num espaço de reciprocidade e obrigações mútuas, difundindo sua autoestima. Sem uma rede de apoio, a percepção da sua capacidade de mudar de vida é prejudicada, sendo mais uma razão para perpetuar o cotidiano da violência (Plazaola-Castaño, Ruiz-Pérez y Montero-Piñar, 2008). Ao mesmo tempo, é necessário considerar as dinâmicas de poder que englobam as redes sociais, nesse sentido, é possível perceber o impacto quando há uma desarticulação de sua rede: por um lado, as mulheres não podem mais contar com o apoio, pois a rede está fragilizada; por outro, ocorre um aumento do poder do parceiro agressor. Não podem dizer se a falta de apoio aumenta a vulnerabilidade das mulheres a sofrer abusos, ou se o abuso leva ao isolamento social (Dutra, Prates, Nakamura y Villela, 2013).

Resultados encontrados trazem que o mapeamento das redes sociais das mulheres em situação de violência pode ser uma estratégia privilegiada para a identificação das formas de intervenções existentes, favorecendo a teoria e o planejamento das políticas públicas específicas. A violência impingida às mulheres pelos seus parceiros impossibilita a manutenção dos vínculos sociais, colocando-as em situação de isolamento e fragilidade (Gomes, Diniz, Reis y Erdmann, 2015).

5. Conclusões

A análise das produções científicas sobre redes de atenção à violência contra a mulher permitiu identificar dificuldades na articulação intersetorial dos serviços e no encaminhamento por parte dos profissionais, tanto nos serviços de saúde, quanto nos demais serviços que compõem a Rede de Atenção, o que aponta para uma necessidade de capacitação em todas as dimensões da Rede, para que a mulher seja atendida de forma integral. A atuação em rede ainda apresenta importantes fragilidades nas conexões que podem ser percebidas pela dificuldade de abordagem e de atuação intersetorial e multidisciplinar. Alguns artigos mostram que os protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde não são seguidos pela maioria das instituições.

O estudo traz uma reflexão sobre a necessidade de um maior conhecimento para o trabalho intersetorial e o funcionamento da rede, para entender como e onde cada profissional/setor se insere e deve agir neste fluxo, permitindo assim, um melhor atendimento à mulher, garantindo o direito de uma vida livre de violência.

O enfrentamento da violência doméstica não pode mais se limitar a ações isoladas. Os estudos mostram que a articulação em redes de atenção interssetoriais e capacitações profissionais continuadas são importantes ferramentas para uma atenção qualificada na violência contra a mulher, ajudando na eliminação da rota crítica dos serviços que muitas vezes revitimizam a mulher.

BIBLIOGRAFIA

- Aguirre, Pamela D. *et al.* (2010): “Estresse pós-traumático em mulheres vítimas de violência doméstica”. Em: *Revista chilena de neuropsiquiatria*, vol. 48, nº. 2, pp. 114-122.
- Alemán, Maria *et al.* (2010): “Detección de violencia basada en género. Análisis de situación del sistema de atención primaria de salud en ciudad de Buenos Aires”. Em: *Rev Argent Salud Pública*, vol.1, nº. 5, pp. 22-27.
- Brasil (2011): “Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres> [16/04/2015].
- Brasil (2011): “Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher”. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres> [16/04/2015].
- Bryant-Davis, Thema; Ullman, Sarah E.; Tsong, Yuying y Gobin, Robyn (2011): “Surviving the storm: the role of social support and religious coping in sexual assault recovery of African American women”. Em: *Violence Against Women*, vol. 17, nº. 12, pp. 1601–1618. Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3844285/> [16/05/2015].

- Campanón, Cristina Bravo (2008): “Menores víctimas de violencia de género: experiencia de intervención en un centro de acogida para familias víctimas de violencia de género”. Em: *Intervenção Psicossocial*, vol. 17, nº. 3, pp. 337-351.
- D’Oliveira, Ana Flávia Pires Lucas e Schraiber, Lilia Blima (2013): “Mulheres em situação de violência: entre rotas críticas e redes intersetoriais de atenção”. Em: *Rev Med (São Paulo)*, vol. 92, nº. 2, pp. 134-40.
- Duarte, Maiara Cardoso; Fonseca, Rosa Maria Godoy Serpa; Souza, Vânia e Pena, Érica Dumont (2015): “Gender and violence against women in nursing literature: a review”. Em: *Rev. Bras. Enferm.*, vol. 68, nº. 2, pp. 325-332. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672015000200325&lng=en [17/04/2015].
- Dutra, Maria de Lourdes; Prates, Paula Licursi; Nakamura, Eunice; Villela, Wilza Vieira (2013): “A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica”. Em: *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 18, nº. 5, pp. 1293-1304. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000500014> [15/04/2015].
- García-Moreno, Claudia *et al.* (2014): “The health-systems response to violence against women” Em: *Lancet*, vol. 385, pp. 1567-79. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(14\)61837-7](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(14)61837-7) [16/04/2015].
- Gomes, Nadirlene Pereira; Diniz, Normélia Maria Freire; Filho, Cláudio Claudino da Silva e Santos, Jéssyca Nathielly Barbosa (2009): “Enfrentamento da violência doméstica contra a mulher a partir da interdisciplinaridade e intersetorialidade”. Em: *Rev. Enferm. UERJ*, vol. 17, nº. 1, pp. 14-7.
- Gomes, Nadirlene Pereira *et al.* (2013): “Encaminhamentos à mulher em situação de violência conjugal” Em: *O Mundo da Saúde*, vol. 37, nº. 4, pp. 377-384.
- Gomes, Nadirlene Pereira; Diniz, Normélia Maria Freire; Reis, Luana Araújo dos e Erdmann, Alacoque Lorenzini (2015): “The social network for confronting conjugal violence: representations of women who experience this health issue” Em: *Texto Contexto - Enferm.* vol. 24, nº. 2, pp. 316-24. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072015000200316&lng=en [17/04/2015].
- Jakobsson, Annika *et al.* (2012): “Possibilities and hindrances for prevention of intimate partner violence: perceptions among professionals and decision makers in a Swedish medium-sized town”. Em: *International journal of behavioral medicine*, vol. 20, nº. 3, pp. 337-343. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22622818> [20/04/2015].
- Kiss, Ligia Bittencourt; Schraiber, Lilia Blima e D’Oliveira, Ana Flávia Pires Lucas (2007): “Possibilidades de uma rede intersetorial de atendimento a mulheres em situação de violência”. Em: *Interface - Comunic, Saúde, Educ.* vol. 11, nº. 23, pp. 485-501.
- Krenkel, Scheila; More, Carmen Leontina Ojeda Ocampo e Motta, Cibele Cunha Lima da (2015): “The Significant Social Networks of Women Who Have Resided in Shelters”. Em: *Paidéia*. vol. 25, nº. 60, pp: 125-133. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-43272560201515> [16/04/2015].
- Lavoratti, Cleide (2013): “Tecendo a Rede de Proteção: Desafios do Enfrentamento Intersetorial à Violência Intrafamiliar contra Crianças e Adolescentes no Município de Curitiba/PR”. Tese [Doutorado em Sociologia] - Universidade Federal do Paraná; Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/pgsocio/files/2013/09/TESE-CLEIDE-LAVORATTI-2013.pdf>

[15/04/2015].

- Loría, Kattia Rojas *et al.* (2014): “Trends in public health policies addressing violence against women”. Em: *Revista de saude publica*, vol. 48, nº. 4, pp. 613–621.
- Matheus, Maria Clara Cassuli (2009): “Metassíntese qualitativa: desenvolvimento e contribuições para a prática baseada em evidências”. Em: *Acta Paul Enferm*, vol. 22, pp: 543-5. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v22nspe1/19.pdf> [25/03/2015].
- Medeiros, Patricia Flores de e Guareschi, Neuza Maria de Fátima (2009): “Políticas públicas de saúde da mulher: a integralidade em questão”. Em: *Revista Estudos Feministas*, vol. 17, nº. 1, pp: 31. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100003/10982> [20/04/2015].
- Meneghel, Stela Nazareth *et al.* (2011): “Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil”. Em: *Cad Saúde Pública*. vol. 27, nº. 4, pp: 743-752. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/rotascriticas/artigos/Rotas%20Cr%C3%ADticas%20Stela.pdf> [16/04/2015].
- Menezes, Paulo Ricardo de Macedo *et al.* (2014): “Enfrentamento da violência contra a mulher: articulação intersetorial e atenção integral”. Em: *Saúde Soc.*, vol. 23, nº. 3, pp: 778-786.
- Minayo, Maria Cecília de Souza (2009): “Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde”. Em: *Impactos da Violência na Saúde*. Fundação Osvaldo Cruz, pp. 21-42.
- Moraes, Aparecida Fonseca; Ribeiro, Leticia (2012): “As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a “responsabilização” dos “homens autores de violência”. Em: *Sexualidad, Salud y Sociedad*, vol. 11, pp: 37-58. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872012000500003&lng=pt&tlng=pt [19/04/2015].
- Neto, Jorge Andalaft (*in memoriam*); Faúndes, Aníbal; Osis, Maria José Duarte e Pádua, Karla Simônia de (2012): “Perfil do atendimento à violência sexual no Brasil”. Em: *Femina*, vol. 40, nº. 6, pp: 301-306.
- Organização dos Estados Americanos (1994): [Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher], 09/06/1994. Available from: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm> [20/03/2015].
- Paixão, Ana Cristina Wanderley da e Deslandes, Suely Ferreira. (2010): “Análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil” Em: *Saúde e Sociedade*, vol. 19, nº 1, pp. 114-126. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902010000100009&lng=pt&tlng=pt [20/04/2015].
- Plazaola-Castaño, Juncal; Ruiz-Pérez, Isabel e Montero-Piñar, María Isabel (2008): “Apoyo social como factor protector frente a la violencia contra la mujer en la pareja”. Em: *Gac Sanit.*, vol. 22, nº. 6, pp. 527-33. Disponível em: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0213-91112008000600005&lng=es [16/04/2015].
- Sagot, Montserrat (2000): “La ruta critica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina: estudios de caso de diez países. Organización Panamericana de la Salud, Programa mujer, salud y desarrollo”. Disponível em: <http://repositorio.ciem.ucr.ac.cr/jspui/bitstream/123456789/160/1/RCIEM141.pdf> [16/04/2015].

- Sandelowski, Margarete; Trimble, Frank; Woodard, Elisabeth K. e Barroso, Julie (2006): “From synthesis to script: Transforming qualitative research findings for use in practice”. Em: *Qual Health Res.*, vol. 16, nº. 10, pp. 1350-70. Available from: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1049732306294274> [17/04/2015].
- Santos, Cecília MacDowell (2015): “Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo”. Em: *Revista Estudos Feministas*, vol. 23, nº. 2, pp. 577-600. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/38878> [10/06/2015].
- Santos, Cecília MacDowell e Izumino, Wânia Pasinato (2014): “Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil”. Em: *Rev E.I.A.L. (Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe)*, vol. 16, nº. 1, pp. 147-164. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/fd4e/772fe229a00621678aec7df6655ac9bbc1cf.pdf> [16/04/2015].
- Santos, Manoel Antônio dos e Vieira, Elisabeth Meloni (2011): “Recursos sociais para apoio às mulheres em situação de violência em Ribeirão Preto, SP, na perspectiva de informantes-chave”. Em: *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, vol. 15, nº. 36, pp. 93-108.
- Schraiber, Lilia Blima; Barros, Cláudia Renata dos Santos e Castilho, Euclides Ayres de (2010): “Violência contra as mulheres por parceiros íntimos: usos de serviços de saúde”. Em: *Rev. Bras. Epidemiol.*, vol. 13, nº. 2, pp. 237-45. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2010000200006&lng=en [16/04/2015].
- Silva, Ethel Bastos da; Padoin, Stela Maris de Mello e Vianna, Lucila Amaral Carneiro (2015): “Mulher em situação de violência: limites da assistência”. Em: *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 20, nº. 1, pp. 249-258.
- Souza, Jackeline Abílio de *et al.* (2012): “Modelo baseado em regras como suporte à atuação da delegacia especializada de atendimento à mulher no encaminhamento de mulheres em situação de violência doméstica”. Em: *Rev Bras Ci Saúde*, vol. 16, nº. 1, pp. 71-78.
- Sullivan, Tami P.; Schroeder, Jennifer A.; Dudley, Desreen N. e Dixon, Julia M. (2010): “Do differing types of victimization and coping strategies influence the type of social reactions experienced by current victims of intimate partner violence?”. Em: *Violence against women*, vol. 16, nº. 6, pp. 638–657.
- Vieira, Letícia Becker; Souza, Ivis Emília de Oliveira; Tocantins, Florence Romijn e Pina-Roche, Florentina (2015): “Support to women who denounce experiences of violence based on her social network”. Em: *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, vol. 23, nº. 5, pp. 865-873. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692015000500865&lng=en [1/704/2015].
- Villela, Wilza Vieira *et al.* (2011). “Ambiguidades e contradições no atendimento de mulheres que sofrem violência”. Em: *Saúde e Sociedade*, vol. 20, nº. 1, pp. 113-123. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000100014&lng=pt&tlng=pt [16/04/2019].
- Zoboli, Elma Lourdes Campos Pavone e Schweitzer, Mariana Cabral (2013): “Nursing values as social practice: a qualitative meta-synthesis”. Em: *Rev. Latino- Am. Enfermagem*, vol. 21, nº. 3, pp. 695-703. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692013000300695&lng=en&tlng=en [16/04/2015].